



## Programa Gestão Pública e Cidadania

# Orçamento Participativo Interativo

Antonio Faria e Otávio Prado



Versão em formato PDF

finalistas do ciclo de  
premição 2002

Originalmente publicado em:  
20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania

Gabriela Spanghero Lotta, Hélio Batista Barboza,  
Marco Antonio Carvalho Teixeira e Verena Pinto (orgs.)

*Copyright © Gabriela Spanghero Lotta, Hélio Batista Barboza,  
Marco Antonio Carvalho Teixeira e Verena Pinto*

Direitos da edição reservados ao  
Programa Gestão Pública e Cidadania  
Av. 9 de Julho, 2029 – 2º andar da Biblioteca  
01313-902 – São Paulo – SP  
Tel: (11) 3281-7904 / 3281-7905  
Fax: (11) 287-5095  
E-mail: [inovando@fgvsp.br](mailto:inovando@fgvsp.br)  
<http://inovando.fgvsp.br>

Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*

Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta  
publicação, no todo ou em parte, constitui violação da lei de  
direitos autorais.

1ª edição – 2003

Capa/editoração: Liria Okoda  
Impressão: Gráfica Dedone

Versão gráfica em formato PDF: Liria Okoda

20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania/  
Organizadores: Gabriela Spanghero Lotta, Hélio Batista Barboza,  
Marco Antonio Carvalho Teixeira e Verena Pinto. São Paulo: Programa  
Gestão Pública e Cidadania, 2003  
272 p.

Inclui bibliografia.

1. Políticas públicas – Brasil. 2. Administração pública – Brasil.  
I. Lotta, Gabriela Spanghero. II. Barboza, Hélio Batista. III. Teixeira, Marco  
Antonio Carvalho. IV. Pinto, Verena. V. Programa Gestão Pública e  
Cidadania.

CDD-352

# Orçamento Participativo Interativo

IPATINGA (MG)

Antonio Faria<sup>1</sup> e Otávio Prado<sup>2</sup>

## Introdução

As experiências precursoras no Brasil de controle e participação social sobre o orçamento público em governos locais datam do final da década de 70. Embora nem todas tivessem a pretensão ou sequer fossem conhecidas à época como experiências de orçamento participativo (OP) ou tenham tido continuidade, ficaram conhecidos os casos de Lajes (SC) e Boa Esperança (ES) – adotadas entre 1978 e 1982 – e, posteriormente, Diadema (SP), iniciada em 1983 e Vila Velha (ES), ocorrida entre 1986 e 1989. Dada a sua longevidade e importância relativa, a experiência de Porto Alegre ganhou destaque nacional e internacional, possibilitando a projeção do OP como uma nova metodologia de gestão pública participativa<sup>3</sup>.

Aos poucos, vem crescendo o número de municípios que, de alguma forma, têm adotado a prática do orçamento participativo como política pública de participação popular, mesmo com diferentes metodologias e objetivos. Segundo dados da pesquisa realizada pelo Fórum Nacional de

1 Mestre em Administração Pública e Governo pela FGV-EAESP.

2 Geólogo e historiador pela USP e mestrando em Administração Pública e Governo pela FGV-EAESP.

3 Ver também CARVALHO & FELGUEIRAS, 2000 e JACOBI & TEIXEIRA, 1996. Leonardo AVRITZER (2002) realizou um importante estudo comparativo entre as experiências de Porto Alegre e Belo Horizonte.

- 4 Participação Popular (FNPP), 103 municípios brasileiros afirmaram praticar o orçamento participativo entre 1997 e 2000<sup>4</sup>.

Em Ipatinga (MG), município de 212 mil habitantes, práticas de gestão democrática foram instituídas por lei e têm se aperfeiçoado com o passar dos anos. Exemplos disso são a organização do orçamento participativo em Conselhos Regionais, articulados com o Conselho Municipal do Orçamento – ambos regulamentados por um Regimento Interno de 1998 – e a realização anual de um Congresso Municipal de Prioridades Orçamentárias (COMPOR), que em 2002 teve a sua 13ª edição e contou com a participação de mais de 5 mil pessoas.

4 Cf. CARVALHO et alii, 2002.

Desde 2001, o orçamento participativo em Ipatinga tem recebido algumas inovações, graças aos recursos de interatividade oferecidos pela Internet, associados ao sistema de geoprocessamento, implantado no município em 1997. A introdução do processo de indicação de prioridades e votação por meio eletrônico e de outros mecanismos que estão sendo desenvolvidos permite aos cidadãos acompanhar o andamento das obras e fiscalizar a execução orçamentária no município, além de fornecer à prefeitura novos canais de comunicação com a população.

### Antecedentes

A história do orçamento participativo em Ipatinga se iniciou em 1989, durante o primeiro mandato do prefeito Chico Ferramenta, do Partido dos Trabalhadores. As discussões sobre o formato do orçamento participativo envolveram a criação do Conselho Municipal de Orçamento (CMO), em 1990, e a divisão do município em regionais orçamentárias, compostas por bairros, distritos e comunidades rurais, passíveis de serem agrupados de acordo com suas características físicas, geográficas, culturais, sociais e econômicas.

Embora a prática venha se aperfeiçoando ano após ano, tendo ocorrido alterações ao longo do percurso, desde 1990 os participantes das reuniões nas regionais elegiam os Conselheiros do seu respectivo Conselho Regional de Orçamento (CRO). Eram escolhidos também, em uma plenária específica, os integrantes do CMO.

No total, 402 conselheiros (201 efetivos e 201 suplentes) integram

os oito CROs. Até o ano de 1999, as diretorias dos CROs (presidente, vice-presidente e relator) eram escolhidas durante as assembleias preparatórias para o COMPOR. No ano 2000, pela primeira vez, o processo de escolha dessas diretorias executivas foi realizado com o voto direto dos moradores. O pleito envolveu quase seis mil votantes em toda a cidade, sendo bastante concorrido em quatro regionais.

Atualmente, o Conselho Municipal de Orçamento é composto por 106 integrantes (53 efetivos e 53 suplentes), dentre eles o prefeito municipal, o vice-prefeito, os secretários, os vereadores, os representantes das associações de moradores e outras entidades não-governamentais. As atribuições do Conselho compreendem tanto a definição das obras que serão realizadas no município quanto o acompanhamento de seu andamento, incluindo os trabalhos de fiscalização da execução orçamentária.

As reivindicações da população são processadas por meio das associações de moradores, que conhecem de fato o cotidiano e os problemas dos bairros. As associações estão representadas nos respectivos conselhos regionais e se encarregam de encaminhar a eles a lista de obras de infra-estrutura identificadas como necessárias.

A cada dois anos, os moradores de todas as regionais elegem os conselheiros regionais de orçamento – na proporção de um para cada mil habitantes – que, por sua vez, elegem os conselheiros municipais do orçamento – à base de um para cada 10 mil moradores. De acordo com o regimento interno do orçamento participativo, além dos conselheiros eleitos, são membros natos do CMO, durante a vigência do seu mandato, os três conselheiros que formam a diretoria executiva de cada um dos conselhos regionais.

A população também vota e define em assembleias as prioridades dos bairros que compõem a sua regional, que, por sua vez, são defendidas pelos diversos delegados reunidos no COMPOR.<sup>5</sup> Nessa ocasião é aprovada e referendada uma lista de obras e serviços que atendem de forma proporcional a toda a cidade, e serve de base para a lei orçamentária do ano seguinte.

Os coordenadores do orçamento participativo de Ipatinga consideram que a experiência passou por três estágios distintos:

5 Além do prefeito, vice-prefeito, secretários municipais e vereadores, são delegados do COMPOR – com direito a voz e voto – cinco representantes de cada conselho municipal instituído, um representante de cada associação de moradores reconhecida por lei, um representante de cada clube de serviço, um representante de cada entidade de classe, três representantes indicados pela associação de deficientes físicos, e os delegados efetivos e suplentes que compõem cada um dos CROs.

6      **1) De 1989 a 1996** – A definição das ações prioritárias pela população era organizada setorialmente, segundo a área de atuação do governo municipal, isto é, saúde, educação, meio ambiente, habitação, infra-estrutura e saneamento.

**2) De 1997 a 2000** – Houve a inclusão da discussão do Plano Plurianual (PPA) no processo do orçamento participativo e o estabelecimento de cotas orçamentárias diferenciadas para as regionais. Com a inovação, passou a ser possível identificar e diferenciar conjuntamente com a população os projetos a serem realizados no curto e no longo prazos, isto é, intervenções urbanas localizadas ou obras estruturantes e que beneficiam todo o município. Nesse período tiveram também início as Caravanas de Participação Popular.

**3) A partir de 2001** – Com a implantação do *site* do orçamento participativo, tornou-se possível a indicação de obras prioritárias por meio do voto eletrônico. Com o objetivo de ampliar a participação dos cidadãos no processo do OP, uma série de outros recursos de interatividade vêm sendo desenvolvidos.

         O orçamento participativo de Ipatinga dispunha em 2002 de R\$ 3 milhões das receitas correntes, mais a totalidade das receitas de capital, para aplicação em obras de infra-estrutura no município. Esse montante, destinado à execução do Plano de Investimentos definido pela população, corresponde a 12% do orçamento total do município. Ele foi distribuído entre as nove regionais segundo um cálculo que leva em consideração vários critérios de ponderação, buscando-se, assim, uma distribuição mais justa dos recursos.

         Todo o processo tem conseguido gerar um crescente número de participantes nos congressos municipais que se realizam ano após ano. Em 2001, participaram cerca de duas mil pessoas; calcula-se em mais de cinco mil pessoas o número de participantes em 2002.

#### O ciclo do orçamento participativo

         O orçamento participativo de Ipatinga é legalmente instituído, garantindo aos moradores não apenas o poder de definir prioridades, mas também de fiscalizar a execução das obras e serviços públicos por

meio dos conselhos regionais e do Conselho Municipal de Orçamento, também instituídos por lei. O ciclo do orçamento participativo compreende seis momentos distintos:

**1) Prestação de contas:** no mês de março, o prefeito e o secretário fazem, na plenária de abertura do COMPOR, a prestação de contas da execução orçamentária do ano anterior, apresentando também as diretrizes e a previsão orçamentária para o ano seguinte.

**2) Eleição dos conselheiros:** cada uma das regionais orçamentárias elege seus conselheiros regionais e municipais, incluindo os suplentes, totalizando 402 pessoas em todo o município. A eleição, que ocorre a cada dois anos, é direta, sendo realizada em assembleias convocadas com várias semanas de antecedência. Para se tornar conselheiro de uma regional orçamentária, o candidato deve ser maior de 18 anos e residir em algum dos bairros que a compõem.

**3) Caravana da participação popular:** os conselheiros visitam, no mês de julho, os locais onde se localizam as reivindicações a serem priorizadas pelas regionais. A estratégia das visitas é levar os conselheiros de uma dada regional a conhecer os problemas das outras regionais, de forma que possam avaliar melhor o que é efetivamente prioritário, conforme as carências de infra-estrutura urbana existentes.

**4) Assembleias preparatórias:** os conselheiros eleitos discutem e definem as prioridades de sua respectiva regional, juntamente com os moradores, com os representantes das associações de moradores e das entidades organizadas. Nessa fase são analisadas também as propostas encaminhadas por intermédio do *site* na Internet e que foram processadas e analisadas do ponto de vista da viabilidade financeira pelo Departamento de Orçamento da Secretaria de Planejamento.

**5) Congresso municipal de prioridades orçamentárias:** os conselheiros de todas as regionais, juntamente com os representantes de entidades organizadas, referendam as prioridades discutidas nas assembleias preparatórias que serão efetivamente incluídas no orçamento municipal para execução no ano seguinte.

**6) Fiscalização da execução orçamentária:** Os conselhos orçamentários regionais reúnem-se a cada dois meses para acompanhar a realização das obras eleitas no COMPOR. O Conselho Municipal ana-

- 8 lisa mensalmente a prestação de contas da Prefeitura e repassa as informações aos conselhos regionais, que se encarregam de fazer a divulgação para os moradores das respectivas regionais.

### Recursos

O OP de Ipatinga é coordenado pela Prefeitura, por meio da Secretaria de Planejamento (SEPLAN), e conta com o apoio de outras secretarias, como a Assessoria de Comunicação Social (ACS), do Serviço Municipal de Dados (suporte em informática) e a Secretaria Municipal de Administração (suporte em infra-estrutura). Cerca de 50 pessoas estão envolvidas na implementação da política, sendo dois funcionários na coordenação; 17 estagiários (monitores para ponto de acesso); nove funcionários do Departamento de Orçamento, que atuam na organização dos eventos, contato com conselheiros e monitoramento do *site*; cinco funcionários da Secretaria Municipal de Administração (apoio de infra-estrutura e motoristas); dois funcionários da ACS (assessoria de imprensa e fotógrafo) e 15 funcionários de diversas secretarias que auxiliam na organização dos eventos e credenciamento de participantes. Além dos servidores acima mencionados, quando da realização do COMPOR conta-se com o apoio de servidores das áreas de carpintaria, elétrica, hidráulica e parques e jardins, totalizando cerca de 30 pessoas na preparação do ginásio onde o evento é realizado.

Com todo o processo do orçamento participativo de Ipatinga calcula-se que a prefeitura gaste anualmente R\$ 212.300,00, o que corresponde a menos de 10% do total destinado ao Plano de Investimentos. Esses recursos são divididos entre despesas como: aluguel de linhas telefônicas, locação de microcomputadores, locação de ônibus para a Caravana da Participação Popular, provedor de Internet, pagamento de pessoal, publicidade e outras despesas gerais.

### Graus de interatividade

O *site* da Prefeitura de Ipatinga existe desde 1997. No período inicial, oferecia aos internautas apenas informações gerais sobre o



município (como a história de Ipatinga e a agenda de eventos), além da prestação de contas da Prefeitura e da localização de projetos em desenvolvimento. Desde 1996, no entanto, Ipatinga já investia no geoprocessamento, uma moderna e cada vez mais indispensável ferramenta para o planejamento municipal.

No ano 2000, a partir de um novo conceito que se desenvolvia em torno das discussões sobre governo eletrônico e cidades virtuais, foi criado o *Portal do Cidadão*, desenvolvido em parceria da Assessoria de Comunicação Social com o Serviço Municipal de Dados (Dataserv) e com uma empresa de tecnologia. Além de fornecer no *site* Perfil do Município um valioso documento para estudantes, empresários e demais cidadãos que queiram saber mais sobre a cidade, o Portal também dispõe de *links* para outros *sites*, como o do Geoprocessamento, Guia do Cidadão, Mídia do Cidadão, Orçamento Participativo e Secretaria Municipal de Fazenda.

Em 2001, foi criado um *site* específico para o orçamento participativo, também intitulado COMPOR. A maior parte das páginas que compõem o *site* do COMPOR, que se aproxima da marca de 10 mil acessos, é interativa.<sup>6</sup> O *site* é atualizado diariamente e todo o material de divulgação produzido pela Assessoria de Comunicação Social da Prefeitura é veiculado também na Internet, como forma de cativar os internautas. O *Portal do Cidadão* pretende garantir mais agilidade e ainda mais transparência nas ações do poder público municipal, oferecendo uma série de serviços para a sociedade. A tendência é que sejam oferecidas cada vez mais opções ao usuário, como o pagamento de contas *on line*.

Para o uso dos serviços, inicialmente o usuário precisa se cadastrar, fornecendo algumas informações-chaves, como nome, endereço, escolaridade, data de nascimento, *e-mail*, etc. Caso não possua um endereço eletrônico próprio, o internauta é direcionado para um portal que forneça o serviço gratuitamente. Graças ao “sistema de participação popular *on line*”, o cidadão tem resposta imediata à sua solicitação, recebendo após o primeiro acesso uma mensagem automática do prefeito e sendo convidado a participar das assembléias preparatórias. Ele passa ainda a receber, via *e-mail*, informações diárias sobre o

6 O Portal do Cidadão, no entanto, já ultrapassou a marca de 240 mil consultas.

10 andamento do orçamento participativo e outros eventos da prefeitura. Todos os usuários podem votar, desde que estejam previamente cadastrados. Assim, de posse do seu *e-mail* e da sua senha, o cidadão passa a ter, permanentemente, a possibilidade de indicar melhorias e atuar como agente fiscalizador.

No primeiro caso, as indicações são encaminhadas para análise pelo Departamento de Orçamento da SEPLAN, que analisa as prioridades indicadas e as encaminha ao órgão competente para levantamento do custo de execução e implantação (sua viabilidade técnico-financeira) antes de encaminhá-la para a respectiva regional. Obras vultosas e que demandam maior quantidade de recursos tendem a ser discutidas no âmbito do PPA; obras menos custosas são incluídas no Plano de Investimentos a ser definido no processo anual do orçamento participativo.

Cadastrado como agente fiscalizador, o usuário pode selecionar as obras que deseja acompanhar, a partir de um leque de opções que abrange vários graus de interatividade. Pode, por exemplo, selecionar apenas uma obra, ou várias que estão sendo realizadas apenas no seu bairro, ou na sua regional, ou em várias regionais simultaneamente; pode ainda acompanhar a execução de todas as obras que foram programadas. Como as obras são georreferenciadas, o sistema gera um mapa da região, fornecendo, além de sua localização exata, o respectivo COMPOR que as aprovou. O *site* do orçamento participativo é alimentado por fotos que retratam o andamento das obras. São fornecidos também detalhes sobre o tipo de obra, dimensão, estágio, valor orçado e ano de definição.

No período de indicação de prioridades que antecede o COMPOR, o cidadão faz as indicações pela Internet das suas obras prioritárias e vota nas de sua preferência. Para que não haja duplicidade de votos, um banco de dados associado ao sistema registra o voto de cada usuário e permite detectar não só o elenco de indicações, mas também associar as preferências com o perfil do usuário, gerado durante o processo do seu cadastramento. Dessa forma, garante-se que somente usuários cadastrados possam votar e apenas uma vez para cada indicação.

Segundo dados da SEPLAN, em 2001 houve um aumento de 44,6% no número de indicações de obras a serem priorizadas no orçamento participativo. Das 723 obras indicadas, 17% foram encaminhadas pelo *site* do COMPOR, inaugurado naquele ano. Em 2002, o aumento foi de 166%: das 1927 indicações, 70% ocorreram pelo *site*.

### Fatores de inovação

Uma importante distinção deve ser feita quando consideramos os conceitos de acesso e acessibilidade na administração pública. Acesso significa a possibilidade de consultar ou adquirir informações governamentais eletronicamente; acessibilidade significa a facilidade com que alguém pode fazer uso da possibilidade de consultar informações governamentais eletronicamente.<sup>7</sup> Em ambos os aspectos o Orçamento Participativo Interativo de Ipatinga é inovador.

Quanto ao acesso, é possível obter uma extensa série de dados relativos ao município e também acompanhar a execução das obras propostas e aprovadas pelo Orçamento Participativo Interativo.

Quanto à acessibilidade, a prefeitura de Ipatinga oferece à população, durante a fase de indicação e votação de prioridades, computadores conectados ao *Portal do Cidadão*. Monitores treinados auxiliam os cidadãos que quiserem utilizar o meio eletrônico para indicar obras para o orçamento participativo. Por essas razões, todo o processo torna-se realmente inovador e tem o potencial para ser replicado em outros locais que já adotaram alguma forma de orçamento participativo, bastando para isso investimento em infra-estrutura e compromisso do poder público em prover pontos de acesso ou telecentros e aperfeiçoar os mecanismos de acessibilidade.

O portal da Prefeitura de Ipatinga foi construído de forma a permitir uma grande interatividade com os usuários. Para isso, o portal conta com uma série de instrumentos que facilitam a acessibilidade aos diversos dados e informações. Quanto à participação via Internet nas discussões do Orçamento Participativo Interativo, destaca-se a criação de ferramentas de acesso à votação.

O desenvolvimento de outros recursos de interatividade no *site*

7 Cf. Governments Online International Network. E-democracy on GOL countries, 2001. disponível em <http://www.governments-online.org/>.

12 do orçamento participativo tem o potencial de gerar com o tempo novos instrumentos de conscientização dos munícipes no trato com a cidade que os abriga, e talvez mesmo contribuir para a construção de novos laços de solidariedade entre os usuários, sejam eles lideranças comunitárias, conselheiros e delegados do OP, ou cidadãos que têm direito à eficiente prestação de serviços públicos. A própria noção de *identificar prioridades* requer um comprometimento dos cidadãos com ideais de justiça social; requer ainda o esforço e treinamento de um olhar mais abrangente, isto é, para além das fronteiras da própria rua, bairro ou regional.

Nesse sentido, a Caravana da Participação Popular é outro momento de todo o processo que merece ser destacado. A possibilidade de avaliar os diferentes níveis de carência de infra-estrutura urbana existentes contribui para o processo de negociação das prioridades entre as regionais orçamentárias. São freqüentes, por exemplo, os “empréstimos de recursos” da cota pré-estabelecida de uma regional para outra. Assim, o processo do orçamento participativo de Ipatinga promove algo mais do que a mera competição por obras públicas entre as regionais, qualificando todo o processo de participação popular.

Até o ano de 2001, eram usados os seguintes critérios de ponderação para a divisão de cotas orçamentárias diferenciadas: o número de habitantes, a renda familiar, a média domiciliar, a carência de pavimentação, a carência de área de lazer, a coleta de lixo e o IPTU. Em 2002, os conselheiros aprovaram novos critérios baseados no Índice Social, no Índice de Gestão e no Índice de Cidadania Participativa. A principal inovação com relação a anos anteriores é uma importante abordagem da noção de cidadania não apenas do ângulo dos direitos, mas também dos deveres. Se, por um lado, os indicadores sociais e de gestão procuram abranger as carências existentes – sejam elas resultado do histórico processo de exclusão social ou de deficiências na prestação de serviços por parte do poder público municipal – os indicadores de cidadania (inadimplência de IPTU, incidência de casos de dengue e participação no COMPOR) incidem na contrapartida da população e a incentivam.

Finalmente, é importante ressaltar que, ao contrário do que afir-

mam os detratores do orçamento participativo, em Ipatinga a ampliação da participação tem sido efetivamente crescente. Além disso, há indícios de que todo o processo contribui para o surgimento de novas lideranças da sociedade civil e para incrementar a visibilidade do Poder Legislativo, que tem, muitas vezes, atuação insignificante no processo de governo dos municípios brasileiros. Uma evidência é o envolvimento que os vereadores têm demonstrado para com o orçamento participativo, esforçando-se para a criação de novos canais de comunicação com a comunidade, como o *disk-Câmara*, um programa de rádio e a publicação de um jornal de circulação bimestral.

#### Dificuldades e desafios

Apenas um pequeno número de moradores possui microcomputador pessoal e tem acesso à Internet. As dificuldades que os demais moradores enfrentam por falta desses recursos constituem uma preocupação central para os coordenadores do Orçamento Participativo Interativo. Políticas de inclusão digital, a exemplo dos telecentros inaugurados na cidade de São Paulo e em outras capitais, demandam uma quantidade significativa de recursos e requerem a participação das demais esferas de governo, além da municipal. A fim de solucionar essa dificuldade, em 2002 a Prefeitura estava em negociação com o BNDES para prover todas as escolas municipais com laboratórios de informática. Os laboratórios poderiam funcionar, inclusive, nos fins de semana, atraindo a população jovem e adulta, dentro de um projeto mais abrangente de inclusão digital.

Um dos principais desafios que se apresentam para o Orçamento Participativo Interativo de Ipatinga é o aproveitamento do potencial pedagógico que todo o processo oferece. Ao criar condições de capacitar a população e as entidades da sociedade civil, o processo consegue desmistificar a elaboração do orçamento e toda a tecnicidade que o sustenta, assim como as burocracias que tendem a se insular nas administrações locais.

A maioria das decisões ainda se refere aos investimentos e às obras públicas e torna-se cada vez mais necessário ampliar o controle social

14 sobre o orçamento, abrangendo todas as receitas e despesas da prefeitura, e incluir, por exemplo, a discussão sobre o perfil dos gastos com pessoal e custeio da prefeitura.

Outro desafio é aproveitar algumas facilidades que a Internet oferece, como a realização de fóruns eletrônicos permanentes de discussão de políticas públicas, o que pode contribuir para qualificar ainda mais a participação popular e o formato institucional do orçamento participativo. Os fóruns podem ser um instrumento para a democratização das decisões sobre alternativas de políticas sociais e para o estabelecimento futuro de prioridades entre programas públicos e não apenas entre obras.

### Considerações finais

Muitos estudos e programas fornecem evidências empíricas de que o orçamento participativo melhora o desempenho da administração em termos de eficiência e promove maior equidade na distribuição dos recursos públicos. O orçamento participativo tem demonstrado a capacidade de se tornar um instrumento de participação da população de baixa renda e de transferência de recursos materiais para essa faixa da população, ao inverter prioridades estabelecidas há décadas, e limitar a ação dos mediadores políticos, substituindo-os por fóruns nos quais a população toma as principais decisões.

O processo do orçamento participativo em Ipatinga – que objetiva, como em outras experiências sérias, a radicalização da democracia, o fortalecimento da participação popular e da transparência e o controle social da administração pública – vem sendo aperfeiçoado pelas ferramentas de interatividade que a Internet oferece, tendo contribuído, ao menos potencial e virtualmente, para que o cidadão se torne algo mais do que um mero beneficiário de obras e serviços públicos e passa a ser também um fiscal dos seus interesses e dos interesses da coletividade. Mais do que identificar, sugerir e indicar investimentos prioritários, a população de Ipatinga pode acompanhar todo o processo, da licitação até a execução final, podendo assim cobrar maior eficiência administrativa, caso alguma obra esteja com problemas.

O processo de informatização não deve, no entanto, esvaziar a mobilização e os espaços de participação, duramente construídos e conquistados ao longo desses 13 anos.

### Referências bibliográficas

- AVRITZER, Leonardo (2002). O Orçamento Participativo: as experiências de Porto Alegre e Belo Horizonte. In: DAGNINO, Evelina (org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo, Paz e Terra.
- CARVALHO, Maria do Carmo A.; TEIXEIRA, Ana Claudia C.; ANTONINI, Luciana & MAGALHÃES, Inês (2002). *Orçamento participativo nos municípios paulistas: gestão 1997-2000*. São Paulo. Pólis.
- CARVALHO, Maria do Carmo A. & FELGUEIRAS, Débora (2000). *Orçamento participativo no ABC: Mauá, Ribeirão Pires e Santo André*. São Paulo, Pólis.
- GRAZIA, Grazia de (1998). Ação integrada nos bolsões de pobreza urbanos. In: FUJIWARA, Luís M., ALESSIO, Nelson L. N. & FARAH, Marta F. S. *20 experiências de gestão pública e cidadania*. São Paulo, Programa Gestão Pública e Cidadania.
- JACOBI, Pedro & TEIXEIRA, Marco A. C. (1996) Orçamento participativo: corresponsabilidade na gestão de cidades. In: *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, Fundação Seade, v. 10, n° 3, jul-set.
- PAIVA, Uilson (2001). Orçamento participativo atrai do PT ao PFL. In: *O Estado de S. Paulo*, 05 mar., p. A7. Disponível em [http://www.federativo.bndes.gov.br/bf\\_bancos/noticias/n0001569.pdf](http://www.federativo.bndes.gov.br/bf_bancos/noticias/n0001569.pdf).
- PAULICS, Veronika (org.) (2000). 125 Dicas – *Idéias para a ação municipal*. São Paulo, Pólis.
- PIRES, Valdemir (2000). *Participação da sociedade nos processos orçamentários: a experiência brasileira recente*. Monografia vencedora do V Prêmio de Monografia do Tesouro Nacional. Disponível em [http://www.federativo.bndes.gov.br/bf\\_bancos/estudos/e0001536.pdf](http://www.federativo.bndes.gov.br/bf_bancos/estudos/e0001536.pdf).
- REVISTA CIDADES (1998). *PT à mineira*. São Paulo, ano 4, n° 23, jul/ago.